

LETRAMENTO: O LEITOR E A LEITURA

LITERACY: THE READER AND READING

Maria Raquel Gomes da Silva
Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
rachelrosania@gmail.com

Lacy Guaraciaba Machado
Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho (UNESP)
lacyguaraciaba@gmail.com

158

Resumo: O objetivo essencial deste estudo consiste na abordagem sobre os conceitos leitor e leitura literária, letramento literário, letramento informacional e biblioteca digital, tendo-os como pontos de ajuda na compreensão do paradigma indiciário gunzburgniano, mediante pesquisa bibliográfica. Nesse contexto, interessa-nos saber como são concebidos leitor e leitura nas teorias do efeito estético de Wolfgang Iser e estética da recepção de Hans Robert Jauss, com o propósito de podermos entender “efeito estético” ou como a fruição estética ocorre durante a leitura. Ao final, deduzimos que as diferentes concepções sobre letramento, leitor e leitura no contexto do letramento informacional, por sua vez, colaboram com a democratização do acesso ao texto literário, num convite ao desenvolvimento da sensibilidade estética. Além disso, o movimento de busca de obras e informações em bibliotecas digitais pressupõe, como requisito, que família e docente assumam o compromisso de se tornarem leitores aptos para desenvolverem essa atitude nas crianças e adolescentes, no ambiente familiar e escolar.

Palavras-Chave: Biblioteca digital. Leitor. Leitura. Letramento.

Abstract: The essential objective of this study is to approach the concepts reader and literary reading, literary literacy, information literacy and digital library, having them as points of help in understanding the Gunzburgnian evidential paradigm, through bibliographic research. In this context, we are interested in knowing how reader and reading are conceived in the theories of aesthetic effect by Wolfgang Iser and aesthetics of reception by Hans Robert Jauss, in order to understand “aesthetic effect” or how aesthetic fruition occurs during reading. In the end, we deduce that the different conceptions about literacy, reader and reading in the context of information literacy, in turn, collaborate with the democratization of access to the literary text, in an invitation to the development of aesthetic sensitivity. In addition, the movement to search for works and information in digital libraries presupposes, as a requirement, that family and teachers make a commitment to become able readers to develop this attitude in children and adolescents, in the family and school environment.

Keywords: Digital library. Reader. Reading. Literacy.

Considerações Iniciais

Neste estudo bibliográfico, delimitamos os conceitos leitor e leitura literária, letramento literário, letramento informacional e biblioteca digital, como pontos de ajuda na compreensão do paradigma indiciário guinzburgniano. Para isso, recorreremos, inicialmente, a formulações teóricas que norteiam a pesquisa sobre letramento e suas dimensões. Com essa perspectiva, buscamos também à concepção de leitor e leitura de texto literário, a partir da formulação teórica desenvolvida por Wolfgang Iser (1996; 1999), em sua obra *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, cuja primeira publicação ocorreu em 1976. Nessa obra, Iser aborda o pacto entre leitor e texto, baseado na contingência da interação social.

Nós nos apoiaremos também nas obras *'Foundations of Social Psychology'*, de Edward E. Jones e Harold B. Gerard (1967) e *'Percepção interpessoal: uma teoria e um método de pesquisa'*, de Ronald David Laing, H. Phillipson e A. R. Lee (1966) em que Iser (1996,1999) estudou para situar os tipos de leitor apresentados por outros autores e os estudados por ele mesmo. Entretanto, nossa motivação mais acentuada, neste estudo, consiste no interesse em saber como são concebidos leitor e leitura na teoria do efeito estético de Wolfgang Iser e o que podemos entender sobre “efeito estético” ou como ele ocorre durante a leitura.

O leitor e a leitura literária

Por tratar da recepção do texto literário a partir das relações entre leitor e texto, a teoria proposta por Iser pode subsidiar adequadamente a nossa compreensão quanto ao letramento literário, uma das perspectivas deste estudo. Assim, na visão de Iser, ao se encontrar com o texto literário, o leitor realiza os atos de apreensão de imagem ou imagens que se encontram formuladas no texto e vai conduzindo-as a uma situação que lhe é instigada. O ato de ler desperta uma experiência fundamentada no texto, chamada por Iser de teoria do efeito estético. Este aspecto leva Iser (1999) à teorização sobre o leitor inscrito no processo de leitura. Para tratar desse processo, o teórico situa-o em um movimento articulado que resulta “numa mudança de perspectivas e cria uma combinação intrínseca de perspectivas textuais diferenciadas, de horizontes vazios, de memórias esvaziadas, de modificações [...] e de futuras expectativas” (ISER, 1999, p. 23-24, v. 2).

Building the way

Iser (1996) adotou o termo repertório, entendido como sinais no texto que evocam uma intenção comunicativa por parte do autor. O efeito estético é, portanto, a compreensão e a atualização do objeto literário pelo leitor no momento da leitura. Dessa forma, segundo o autor mencionado, a obra tem dois polos: o artístico, que designa o texto criado pelo autor e o estético, que é a concretização produzida pelo leitor.

Assim, ainda segundo Iser (1996, p. 50), o efeito estético consiste na análise da relação dialética entre texto e leitor e sua interação, e esse processo requer o uso da imaginação e da percepção. Essa relação está condicionada à comunicação entre dois polos: texto e leitor. Iser (1996) explica que é na leitura que esses polos se juntam para formar uma só unidade, que se guia por um deles, que é o próprio texto. A essa reciprocidade ele dá o nome de interação, o que ocorre no ato de ler. Nesse sentido, a leitura é a atividade guiada pelo texto que afeta o leitor, promovendo, então, o diálogo entre os dois.

Os críticos, em geral, conhecem os leitores invocados para o efeito e para a recepção da Literatura. Eles são construções que formulam metas de conhecimento e diferenciam-se porque, para uns, ela se dá na construção do conhecimento, para outros, a ênfase inscreve-se no substrato do conhecimento, entendido como o que serve de base para o fenômeno “não-idêntico”, como uma maneira que o efeito se evidencia no leitor dando o sentido do texto (ISER, 1996, p. 87). Iser (1996, p. 67) recorre ao leitor de Stanley Fish, o leitor informado; ao leitor de Michael Riffaterre, o arqueleitor e ao leitor de Erwin Wolff, o leitor intencionado. Todos eles foram construídos para referir ao substrato empírico. São palavras suas:

O leitor informado é uma concepção didática que se baseia na auto-observação da sequência de reações, estimulada pelo texto, e visa a aumentar o caráter de informação e assim a competência do leitor;

O arqueleitor é um meio de verificação que serve para captar o fato estilístico pela densidade de codificação do texto;

Por fim, o **leitor intencionado** é um tipo de reconstrução que permite revelar as disposições históricas do público, visadas pelo autor (ISER, 1996, p. 72) (Grifos nossos).

Após essas considerações, Iser (1996, p. 63) desenvolve conceitos para leitor: o leitor ideal, o contemporâneo e o orientado pela psicanálise. O primeiro é “suspeito de ser mera construção, porque ele é uma ficção [...] representa uma impossibilidade estrutural de comunicação, porque deveria ter o mesmo código que o autor”; o segundo é aquele leitor que já existe, mas ainda insuficientemente construído para enunciados abrangentes. O terceiro é um leitor em que se podiam observar os efeitos da literatura devido sua disposição psíquica em livrar-se das categorias em

Building the way

questão, cujas “qualidades não são apenas heurísticas”, mas sua acessibilidade é possível porque foi diagnosticada nos estudos de Simon Lesser e Norman Holland (*Apud* ISER, 1996, p. 64). Podemos refazer a história da recepção ao usarmos o leitor contemporâneo, porque a recepção da literatura por um determinado público ganha primazia. A história da recepção interessa-se pelos testemunhos de leitores que, em épocas diferentes, responderam à obra em causa.

Para Iser (1996), a leitura é uma dialética entre protensão (espera do que vai acontecer) e retenção (memória daquilo que aconteceu). A dialética ocorre entre o leitor num dado tempo e o espaço, da mesma forma, entre o autor num dado tempo e espaço, o que deixa indícios para que o leitor se situe e interaja, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados pela época. Iser (1999) discorre sobre o processo da leitura como uma “interação dinâmica entre texto e leitor”. Dessa maneira, ele considera a estrutura do texto e a estrutura do ato da leitura como dois polos da comunicação, que só acontece quando “o texto se faz presente no leitor como correlato da consciência” (ISER, 1999, v. 2, p. 9-10). A interação é condição polarizada: texto/leitor, comunicação. No ato da leitura, esses polos se juntam, formando uma só unidade, por ser uma atividade guiada pelo próprio texto. Nessa união de reciprocidade dá-se a interação.

Cabe ao leitor, ainda sob a concepção de Wolfgang Iser (1996), estimulado pelo texto, atualizá-lo mediante atos de sua própria consciência perceptiva. A apreensão ocorre em fases consecutivas da leitura, na medida em que esse mesmo texto se movimenta dentro dele; os correlatos de consciência produzidos pelo ponto de vista em movimento (o texto enquanto evento permite que o leitor, por meio de suas memórias e expectativas, agrupe os signos textuais, identifique suas relações e apresente-as); as sínteses passivas da leitura, as retenções e protensões do leitor são projetadas no texto durante o processo da leitura e suas representações produzem um novo sentido, posto que estruturado pelo texto. Assim, o leitor experimenta o texto como um acontecimento. Nele se encontram correntes opostas da constituição das figuras que também se opõem, mas que se falam guiadas pelo texto, espaço em que se vinculam (ISER, 1996, p. 50-52).

Segundo Iser (1999), o livro *Foundations of Social Psychology*, de Edward E. Jones e Harold B. Gerard “parte do pressuposto de que é preciso estabelecer categorias de tipos de contingência que são encontráveis ou emergem em cada interação humana”. Por exemplo:

A **pseudocontingência** se institui quando ambos os parceiros conhecem bem o “plano de conduta” (*behavioral plan*) do outro que é possível prever com precisão as “réplicas” e suas consequências [...]; neste caso não há situação contingencial;

A **contingência assimétrica** ocorre quando o parceiro A desiste de atualizar o seu próprio “plano de conduta” e segue o do outro (B) sem resistência; se deixa levar;

A **contingência reativa** domina quando os respectivos “planos de conduta” dos parceiros são continuamente encobertos pela reação momentânea ao que se acaba de ser dito ou feito. A contingência torna-se dominante neste esquema de reação orientada pelo momento e impede as tentativas dos parceiros de expressar seus “planos de conduta”;

A **contingência recíproca** domina o esforço de orientar a sua reação de acordo tanto com o próprio “plano de conduta”, quanto com as reações momentâneas do parceiro. Disso, decorrem duas consequências: ‘a interação pode levar ao triunfo da criatividade social, em que cada um é enriquecido pelo outro, ou pode conduzir ao debate de uma hostilidade mútua e crescente, com que ninguém se beneficia’ (ISER, 1999, p. 97-98).

As categorias acima esquematizam, de fato, o fenômeno da interação social. O que importa para Iser é inteirar-se a respeito da consequência metodológica dos modelos descritos. Da *Pesquisa Psicanalítica da Comunicação*, realizada por Ronald David Laing, H. Phillipson e A. R. Lee, Iser pôde retirar dados interessantes para explicar a interação entre texto e leitor, pois esses autores formulam um problema de percepção interpessoal, assim:

meu campo de experiência [...] não se preenche apenas com a visão direta de mim mesmo (ego) e com a visão do outro (alter), senão também com o que chamaremos de *metaperspectivas* [...] *minha visão da visão que o outro tem (você, ele, ela, elas) de mim* [...]. Efetivamente, sou incapaz de ver-me como os outros me veem, mas constantemente suponho que eles me veem de maneiras diferentes, e eu estou constantemente atuando à luz das atitudes, opiniões, necessidades etc., reais ou supostas que o outro tem em relação a mim [...] (LAING; PHILLIPSON; LEE, 1966, p. 12).

Por meio dessa observação de Laing, Phillipson e Lee, Iser (1979, p. 86) pôde perceber que esses autores falam das reações recíprocas que ocorrem na percepção interpessoal, em que um olha para o outro e cada um tem uma imagem de si e do outro. Dessa forma, as imagens não são “mais qualificáveis como ‘puras’ percepções; são o resultado de uma interpretação”. Essa interpretação, derivada “da estrutura da experiência interpessoal”, faz-nos conhecer nossa própria conduta, ou

Building the way

seja, “temos experiência do outro à medida que conhecemos a conduta do outro. Mas não temos experiência de como os outros nos experimentam”.

Iser (1999, p. 100-101) parte das observações de Laing, Phillipson e Lee (1966) que trazem a conclusão do que foi dito acima em outro livro, *A política da experiência*: “[...] tua experiência de mim é invisível a mim e minha experiência de ti é invisível a ti. Não posso experimentar tua experiência. Não podes experimentar a minha [...]”. Essa experiência (*Erfahrung*) é a invisibilidade do homem para o homem e isso vai permitindo as relações interpessoais, que Laing, Phillipson e Lee chamam de “No thing”, isto é, Coisa-Nenhuma, “Nonada”. “No thing” seria o “entre é em si mesmo nonada (no thing)”. Esse “No thing” é o que move nossas relações interpessoais e a partir delas reagimos como se soubéssemos as “experiências dos nossos parceiros”.

Para Iser (1996, 1999), a relação entre texto e leitor não se dá como na *Psicologia Social* e na *Pesquisa Psicanalítica da Comunicação* porque não existe um encontro pessoal. Essa relação é bem diferente daquela da interação social, justo por ser o produto de uma atividade interpretativa, que tem origem na imagem do outro. Para que haja a relação leitor/texto, o texto não pode estar em sintonia com o leitor porque nele não funcionam as réplicas.

Nas décadas de 1960 e 1970, época em que a obra *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* deveria estar em gestação: podem-se constatar no livro de Norbert Elias (1997) as mudanças buscadas pelos alemães, pois, Iser diz que a Alemanha passava por um período sufocante. Para ele, dar vida ao texto ocorre no momento de questionamentos em relação à teoria da literatura que antes era analisada com base em uma “hermenêutica ingênua” (ISER, 1996, p. 7). As reflexões nesse sentido, ou seja, do ponto de vista histórico-científico e político, resultam numa “mudança de orientação nas análises da literatura, que não mais se concentravam tanto na significação ou na sua mensagem, mas, sim, nos efeitos do texto e sua recepção” (ISER, 1996, p. 7-10). As causas das transformações sobre a maneira de analisar os “textos literários baseiam-se, de um lado, na experiência de modernidade” e, de outro, na indignação estudantil, pois, tudo estava em crise. Deixavam-se as interpretações intencionais do texto em favor das interpretações de sua recepção, sobretudo, de seus efeitos. A reviravolta deu-se ao desvelar a ideologia mascarada na interpretação das grandes obras, assiduamente recitadas, visando “produzir nos

Building the way

ouvintes aquela atitude contemplativa que era requerida diante de uma obra de arte clássica” (ISER, 1996, p. 7-9).

Em *O direito à literatura*, de Antonio Candido (1995), podemos ver que ele aborda reflexões prévias a respeito dos direitos do homem, mostrando as contradições do “homem” que domina o desenvolvimento tecnológico e o progresso, podem gerar uma civilização cheia de conforto inimaginável, mas que ainda convive com a miséria e com a fome. O autor confirma a persistência da falta de meios básicos para a sobrevivência, mantendo um sistema social desigual. Relacionando literatura com os direitos humanos, o autor focaliza-os em dois ângulos diferentes:

Primeiro, verifiquei que a literatura [...] nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual (CANDIDO, 1995, p. 186).

No pensamento de Antonio Candido, a literatura é um direito fundamental para todos e a define “como todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das civilizações” (CANDIDO, 1995, p. 174).

Dessa forma, o autor exige mudança radical para nos apropriarmos da literatura erudita para não ficarmos apenas ‘nas alamedas’. A literatura deve ser tomada por todas ‘as vielas’. É preciso que leiamos também os clássicos e que nos apossamos desse direito fundamental, visando ao nosso crescimento, individual e social. Enfatiza também a literatura como um bem incompressível necessário, pois pode nos elevar física e espiritualmente. Ele cria, com isso, outro tipo de leitor humano: humanizante e, sobretudo, humanizador. É um leitor que sabe a respeito de sua tradição e descobre o sentido por meio da apreensão de diferentes níveis e camadas do texto (lexical, sonoro, sintático, semântico), em leituras diversas feitas com tempo para reflexão, de maneira que a sensibilidade seja apreciada. Tais reflexões servir-não como suporte para futura análise dos comentários de sujeitos-estudantes que, durante a experiência com a leitura de *Ouro dentro da cabeça*, de Maria Valéria Rezende, podem achar o texto ora muito lindo ora de linguagem difícil devido às

Building the way

ilustrações. Destacamos que a autora pode impregnar nos leitores essa fome/sede de ler e, sobretudo, entender o que ler.

Nessa direção, Candido (1995) destaca a fruição da literatura, ou seja, o prazer estético. Isto nos remete à capacidade do leitor em se apropriar da arte literária por meio deste exercício, chegando à sensação que a experiência literária proporciona. Sobre essa fruição estética, Hans Robert Jauss discorre em seu texto “O prazer estético e as experiências fundamentais”, três conceitos: *a poieisis*, *a aistheisis* e *a katharsis*:

no contexto da conduta de prazer estético, que é ao mesmo tempo liberação **de** e liberação **para**, a realizar-se por meio de três funções: para a consciência produtora, pela criação do mundo como sua própria obra (***poieisis***); para a consciência receptora, pela possibilidade de renovar sua percepção, tanto na realidade externa, quanto na interna (***aistheisis***); e, por fim, para que a experiência subjetiva se transforme em inter-subjetiva, pela anuência ao juízo exigido pela obra, ou pela identificação com normas de ação predeterminadas e a serem explicitadas (JAUSS, 1979, p. 81).

Para Jauss (1979), esses três conceitos (*poieisis*, *aistheisis* e *katharsis*) não se hierarquizam e nem se subordinam; eles se relacionam de maneira “autônoma”. O autor inicia o texto citando Goethe, quando Fausto fala do prazer. Porém, esse termo foi desprezado, porque era usado pela “burguesia culta”. Assim, podemos ver que os três elementos por ele abordados levam à total liberação do ser grego através da fruição estética porque, no mundo grego, a atenção era muito dirigida para o sentido perceptivo. Parte da sabedoria provinha da sede da sensação; essa sensação ou sensações não eram necessariamente pacíficas, pois podiam provocar um choque ao chegar à harmonia produzia a beleza. Feliz aquele que mostrava o sentido dos sentimentos, que quando exagerados era chamado de *Hubris* ou *Hybris*, palavra usada para degradar ou humilhar aquelas pessoas que ousavam se achar muito acima dos deuses. Mas, o significado do termo foi mudando, passando a designar uma pessoa arrogante, presunçosa. O exemplo pode ser o de Édipo Rei, pois ele foi punido por sua *Hubris* (*Enciclopédia Britannica Company*, 2015). A palavra *Hubris* no *Dictionary Merriam-Webster* é definida como a pessoa que tem orgulho exagerado ou autoconfiança exagerada, fora dos limites.

Portanto, *Hubris* significava uma aberração deste equilíbrio cósmico, ou seja, exagera seu orgulho, sua presunção. O homem grego, acima de tudo, tinha que

Building the way

perceber com sua mente e com seu conhecimento. Tal virtude chamava-se *aistheisis*. Corresponhia também o doar dos sentimentos para os outros. Era abençoada ou abençoava seu portador com a leitura das impressões. O propósito das faculdades do homem grego era o alcance do enriquecimento cultural não só para ele como para os outros. É fácil entender como a *aistheisis* tornava-se essencial na arte que era mais que arte, a literatura.

O segundo elemento da fruição da literatura seria a “sua casa”, *poieisis*. Uma vez inspirado pelos deuses, o que fazer? A inspiração chama para sua somatização, *poieisis*, boa construção, firme, bela; assim é a casa da literatura. Se a *aistheisis* chama o leitor em seu coração, a *poieisis* fornece-lhe onde morar, isto é bem claro na cultura e na arquitetura grega. *Poieisis* é fazer, é criar, compor, até mesmo politicamente. A *poieisis* é o divino dom dos deuses gregos que inspira a criação da poesia e da arte. Este segundo elemento vai situar o prazer estético.

O esforço de Jauss (1979) leva a uma compreensão da experiência quase mística que a literatura como gozo fornece. Ele a analisa por meio da: *aistheisis*, *poieisis* e *katharsis*, que discutimos acima. Obviamente, esse delírio científico literário nos motiva e seduz. Mas também suscita perguntas como: em quais aspectos nosso estudo se relaciona com esse delírio literário? A formação do leitor, mesmo admitidamente precoce, será importante para contribuir com o desenvolvimento da sensibilidade indispensável à experiência da fruição estética que o texto literário proporciona? Podemos falar de fruição literária e estética ao educando que obtém o acesso às obras literárias no início de seu processo de escolarização? Esse leitor quer ser devidamente acompanhado pelo uso assistido das ferramentas de busca digital? Enfrentaria limites de conhecimentos próprios da idade, de outras culturas ou de outras maneiras de pensar o conhecimento? Como e quando enfrentar os desafios desse universo tão diferente no caminho para a literatura, ou seja, o delírio literário? Essas interrogações estão aqui apenas como provocação.

Isto porque a Estética é um conceito formulado por vários estudiosos. Hegel a conceituou como beleza artística, a verdade do espírito, do princípio divino. Em Emmanuel Kant, é um estudo dos juízos, por meio dos quais os humanos afirmam que o objeto artístico desperta um sentimento de beleza ou de sublimidade. Para Umberto Eco (2003), a Estética seria a ciência que estuda a percepção do belo e seus efeitos artísticos. Ao se vincular fruição ao verbo fruir, que quer dizer desfrutar prazerosamente, isto é, ao se juntar os termos Fruição e Estética, no horizonte da

Building the way

recepção (Jauss), ou da Estética do efeito (Iser), passamos a entender o verbo fruir como união de bens *incompressíveis*. No próximo subtítulo, vamos compreender os efeitos do prazer estético que são alcançados por meio do letramento tendo como suporte teórico as teorias propostas por Magda Soares (2004; 2010).

Letramento e suas dimensões

167

Para discutirmos letramento, recorreremos à autora Magda Soares (2002, p. 66) que trata o letramento sob duas dimensões: a dimensão pessoal e a dimensão social. Ela nos alerta que, mesmo assim, ainda não se tem uma definição para esse termo. Segundo Soares, essa palavra está envolvida em uma “vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais [...]” como ‘um produto de transmissão cultural’. Portanto, o letramento ‘é um fenômeno social’. Na primeira dimensão, o letramento “é visto como um atributo *pessoal*”; a segunda, situa-o como “um fenômeno cultural”. Na dimensão individual do letramento,

tanto a leitura quanto a escrita formam um agrupamento de habilidades linguísticas e psicológicas, porém são diferentes, pois enquanto a leitura é entendida como uma habilidade de decodificar palavras escritas à capacidade de compreender, integrar informações provenientes de diferentes textos, a escrita é a habilidade de registrar unidades de som até a capacidade de transmitir significado de forma adequada a um leitor potencial [...] (SOARES, 2002, p. 69).

Dessa forma, a autora considera que um tipo de letramento complementa o outro em um mesmo indivíduo que fica hábil nos dois processos. Na segunda dimensão, o letramento é social. A autora argumenta que a pessoa não pode ficar presa às suas habilidades individuais tão somente, porque letramento não é um puro e simples conjunto de habilidades individuais. Ele é um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social, em comunhão, para promover a mudança social, pois as pessoas com habilidades de escrita e de leitura podem transformar a sociedade. Este deveria ser o principal objetivo de cada uma delas (SOARES, 2002, p. 72).

Um dos aspectos fundamentais na abordagem de Magda Soares (2002, p. 17) e de outros estudiosos do assunto, como Ângela B. Kleiman, ajuda-nos a visualizar melhor os outros letramentos que adiante vamos estudar, de maneira a enriquecer a

Building the way

prática educativa junto à biblioteca escolar. Soares (2002) apresenta-nos o letramento em três temas: o primeiro é Letramento em verbete: o que é letramento? A autora procurou em obras de referências tais como dicionários, enciclopédias brasileiras e portuguesas e obras de autores brasileiros. E não encontrou a definição. No entanto, a definição saiu na 5ª edição do *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, da editora Positivo, em 2010:

168

1. Ato, processo ou efeito de letrar(se). 2. Pedag. E. Ling. Estado ou condição de indivíduo ou grupo capaz de utilizar-se da leitura e da escrita, ou exercê-las, como instrumentos de realização e de seu desenvolvimento social e cultural: “Letramento é palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação, das Ciências Linguísticas e da **Ciência da Informação**” (Magda Soares, *Presença Pedagógica*, de jul./agosto de 1996). 2. do ingl. Literacy. 3. Pedag. E. Ling. o processo educacional que viabiliza este estado ou condição. (grifos nossos).

Letramento é tudo aquilo que aprendemos depois de alfabetizados, ou seja, ficamos cada dia melhores praticando a leitura e a escrita e nos tornamos pessoas autônomas, com outra maneira de ver o mundo, outra maneira de comunicarmos com esse mundo. Conseqüentemente, nos inserimos nas práticas sociais. Por exemplo, ler um livro e buscar a compreensão nas fontes digitais, ou seja, passamos a pesquisar e até a calcular o quanto essa informação é importante e quando podemos usá-la. Aqui, estamos ligando letramento à importância do desenvolvimento de competências do leitor.

Então, seguimos o pensamento de Soares (2002, p. 44): “letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita”. Existe uma palavra designando esse estado ou condição que é o *alfabetismo*, significando estado ou qualidade de alfabetizado (sabe ler e escrever). Em Portugal, o termo letramento não existe, mas há o emprego do termo *literacia*, significando também o mesmo que a palavra inglesa *literacy*, ou seja, pessoa que sabe ler e escrever.

Lembramos John R. Bormuth (1973), que deu o ponto inicial para pensarmos a sociedade da informação ou letrada¹ e que usa a palavra *literacy* no sentido amplo de alfabetização como sendo a capacidade de ler ou de responder adequadamente à linguagem escrita. Neste sentido, ser letrado é uma das habilidades mais valorizadas do homem. O

¹ Traduzido do texto: “This paper was originally prepared for the Committee on Literacy of the National Academy of Education. It will also appear in a collection to be published by the National Academy under the title *Toward a Literate Society*” (BORMUTH, 1973, p. 2).

Building the way

homem usa a escrita para registrar, acumular e armazenar os seus conhecimentos de maneira mais fácil. Conforme afirmações de Bormuth, isso ocorre

Porque aqueles que foram alfabetizados são capazes de superar as barreiras que o tempo e o espaço lançam em forma de comunicação, outros foram capazes de dominar e aplicar informações técnicas e, assim, alcançaram prosperidade material sem precedentes. Alguns têm sido capazes de dominar e aplicar o conhecimento social e político garantindo mais liberdades pessoais e políticas para si próprios. E outros foram capazes de ampliar sua perspectiva e satisfazer seus desejos estéticos através da literatura (traduzido do texto de BORMUTH, 1973-1974, p. 9)².

Quando a sociedade vai se baseando na escrita, e à medida que o analfabetismo vai ficando para trás, um fenômeno vai se evidenciando, pois não basta saber ler e escrever, porque esse saber fazer deve ser incorporado no rol de competências. Este fenômeno é o letramento. Letramento, então, é o envolver-se com as práticas sociais da escrita: ler livros, mapas, figuras, tabelas, jornais, revistas, redigir um ofício ou um requerimento, redigir uma monografia, uma dissertação ou tese, buscar informação em catálogo telefônico ou da biblioteca digital. É, enfim, possibilitar a uma pessoa tornar-se capaz de encontrar a informação e saber usá-la de maneira a resolver sua falta de conhecimento em qualquer área que sinta vontade de conhecer, ou seja, ampliar seus conhecimentos (SOARES, 2002; BORMUTH, 1973).

Mas o que significa informação na área da literatura? Antes do surgimento dessa palavra, na era industrial, havia somente a experiência (Erfahrung). Walter Benjamin (1994) define-a como algo efêmero, ela é encontrada nos livros e nos periódicos. Mas para a teoria da informação, esta diminui a incerteza em relação aos fatos, indícios e sintomas.

Para entender o termo competência, recorremos a Pedro Demo. Em *Educar pela pesquisa* (2011), este autor fala-nos do questionamento reconstrutivo. Segundo suas palavras, por “questionamento”,

[...] compreende-se a referência à formação do sujeito competente, no sentido de ser capaz de, tomando consciência crítica, formular e executar projeto próprio de vida no contexto histórico. Não significa

² Traduzido do texto: “Literacy may be defined broadly as being able to respond appropriately to written language; in this sense, it is one of man's most valued skills. Man has used writing to record, accumulate, and store his knowledge in an easily used form. Because those who were literate have been able to overcome the barriers that time and space throw in the way of communication, some have been able to master and apply technical information and thereby achieve unprecedented material prosperity. Some have been able to master and apply social and political knowledge to secure personal and political liberties for themselves. And some have been able to enlarge their perspective and satisfy their aesthetic desires through literature” (BORMUTH, 1973, p. 9).

Building the way

apenas criticar, mas com base na crítica, intervir alternativamente. Inclui a superação da condição de massa de manobra, ou de objeto de projetos alheios. Um dos sentidos mais fortes da educação é precisamente a passagem de objeto para sujeito, o que significa formação da competência (não necessariamente ou apenas competitividade) [...] e por *reconstrução*, compreende-se a instrumentação mais competente da cidadania, que é o conhecimento inovador e sempre renovado (DEMO, 2011, p. 13).

Podemos ver que Demo (2011) descreve um sujeito que se forma de maneira digna que possibilite o crescimento da sua competência, pois alia as duas habilidades: a de saber codificar e a de decodificar a língua escrita, ou seja, ler e escrever, respectivamente. Esse sujeito vive em estado de letramento; não fica estagnado porque “usa socialmente a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita” (SOARES, 2002, p. 40). Exerce sua cidadania e, dessa maneira, não é enganado; deixa de ser ‘massa de manobra’, como afirma Demo (2011).

Voltando a Soares, encontramos três perguntas acerca do letramento: “Qual é o significado dessa palavra”? “Por que surgiu essa nova palavra, letramento”? “Onde fomos buscar essa nova palavra, letramento”? Ela escolhe a última para iniciar a inquirição diante da impossibilidade de se trabalhar tal palavra nos dicionários brasileiros e portugueses. Desde 1995, isso já havia sido evidenciado ou diagnosticado por Ângela B. Kleiman no capítulo: “Introdução, o que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola”. Essa palavra pode ter aparecido pela primeira vez em Mary Kato, em 1986.

Soares (2002, p. 36-38) recorreu ao dicionário de língua inglesa e traduziu da palavra *literacy*, que [...] vem do latim *littera* (*letra*), em que o sufixo – *cy* → denota qualidade, condição e estado [...], ou seja, é a condição ou o estado de ser uma pessoa letrada, da palavra inglesa *literate*. Por pessoa letrada, entende-se aquela que não só sabe ler e escrever, mas domina a leitura e a escrita, adquiriu cultura; é educada, instruída e conhece as obras literárias de uma comunidade, de um país e até de outras nações. Quanto à resposta para a primeira pergunta, a autora chega a uma possível definição de letramento: “*letra+mento* → cujo prefixo vem da palavra latina *littera*, e o sufixo *mento* indicando o resultado de uma ação, ou seja, letramento é o resultado da ação de ‘letrar-se’, se dermos ao verbo o sentido de tornar-se letrado”. Respondendo à questão de número dois, a autora leva-nos a ver o nosso atraso de um século em relação aos Estados Unidos e à Inglaterra (e agora, então, muitos mais

Building the way

de cem anos!), pois o “fenômeno (letramento) que se evidencia entre nós no final do séc. XX, exigindo a palavra letramento, já se processava nos Estados Unidos e Inglaterra no final do século XIX [...]”.

A apropriação da escrita tem papel relevante na ação que requer envolvimento no ato de medir, de avaliar e de definir o desenvolvimento complexo próprio do ato de ler, como também o do ato de escrever. Dessa maneira, o leitor apropria-se da escrita, sabe ler e escrever e, sobretudo, pratica esse saber ler e escrever. Como letrado, o sujeito deve acrescentar duas palavras além de ler e escrever: calcular e pesquisar. Assim, consolida-se um leitor que “deixa de ser objeto de ensino, para tornar-se parceiro de trabalho [...] contra a ignorância, contra a cópia, pelo questionamento, teoria e prática como processo reconstrutivo”, como também prevê Demo (2011, p. 11). Letrar(-se), capacitar(-se) no uso social e cultural da leitura e da escrita são ações que também alcançam aqueles indivíduos que não sabem ler nem escrever, mas que se comunicam com os fenômenos sociais e, por isso, são letrados, pois sabem pedir a informação. Isso ocorre a partir das relações entre leitor, texto e autor, implicando práticas que envolvam mais de uma pessoa. Assim, existem condições para que se processe o letramento, tais como, escolarização real e efetiva dos indivíduos e disponibilidade de recursos e materiais de leitura, cujo espaço é a escola e sua biblioteca escolar.

Letramento literário

Segundo Soares (2002), o letramento é uma maneira de cultivar as práticas sociais de uso da escrita e, diante disso, a definição de letramento literário seria por extensão ao termo letramento que é estado ou condição de quem não apenas é capaz de ler um texto poético ou dramático, mas dele se apropria efetivamente por meio da experiência estética, fruindo-o.

Graça Paulino (2001), em seu artigo “Letramento literário: por vielas e alamedas” (2001), tece reflexões acerca desse assunto sob o ponto de vista da desigualdade de acesso ao livro e, portanto, da leitura. Paulino (2001) define a expressão letramento literário com base também no exposto por Magda Soares.

[...] usamos, hoje, a expressão letramento literário para designar parte do letramento como um todo, fato social caracterizado por Magda Soares como inserção do sujeito no universo da escrita, através de

Building the way

práticas de recepção/produção dos diversos tipos de textos escritos que circulam em sociedades letradas como a nossa. Sendo um desses tipos de textos o literário, relacionado ao trabalho estético da língua, à proposta de pacto ficcional e à recepção não pragmática, um cidadão literariamente letrado seria aquele que cultivasse e assumisse como parte de sua vida a leitura desses textos, preservando seu caráter estético, aceitando o pacto proposto e resgatando objetivos culturais em sentido mais amplo, e não objetivos funcionais ou imediatos para seu ato de ler (PAULINO, 2001, p. 118).

172

O que Graça Paulino expõe acima é corroborado em bibliotecas das universidades nos Estados Unidos, que convocam estudantes a participarem do planejamento estratégico para o letramento e a exercerem sua cidadania ao se apropriarem, em específico aqui, do caráter estético da escrita.

Rangel (2003), relacionando o letramento literário com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), fala da possibilidade de o estudante envolver-se com o mundo da escrita, ou seja, com a literatura. O autor começa a reflexão com a seguinte pergunta: O que é leitura literária? Para Rangel (2003, p. 128), é preciso fornecer subsídios práticos e teóricos à escolha e ao uso do livro didático a partir do Programa (PNLD em ação). Como ele faz parte desse Programa, sente que o leitor vai se envolver com a escrita e com a literatura a partir do Livro Didático de Português. O autor argumenta que não é contra a utilização de tal recurso como acesso à literatura, contudo é preciso “indicar [...] percalços e evitar outros para que o LDP possa funcionar [...]” Para a leitura literária, o autor aceita a ideia “de que o texto literário tem características formais diferentes dos demais” e acrescenta que “a relação entre a literatura e o livro didático tem sido das mais difíceis, no Brasil” e mais adiante diz que considera o texto literário “indispensável para o ensino/aprendizagem da leitura [...] direito do cidadão e dever do Ensino Fundamental [...]” (2003, p. 129-138).

Rangel cita duas perspectivas para a leitura: a primeira é a de que ela tem sido tratada, no âmbito do ensino de língua materna, como um fenômeno cognitivo, cujo foco é o desenvolvimento das habilidades e da competência do leitor; e a segunda trata a leitura como um fato histórico-cultural, cuja preocupação seria com o resgate dos significados culturais historicamente atribuídos a certos autores, obras, gêneros, estilos, fazendo de cada ato de leitura um exercício coletivo e pessoal de reverência. Para Rangel, o letramento literário permite descrever as formas de existência cultural da escrita que definem um texto como literário, que delimitam um cânone determinado

Building the way

e assinalam o âmbito da estética associado à leitura literária. Segundo o autor, é interessante o que o Grupo de Pesquisa do Letramento Literário (GPELL / Ceale-FaE/UFMG) desenvolve, pois permite enxergar a trajetória do leitor de literatura em formação, ou seja, aquele que desenvolve o gosto pela leitura e expressa o desejo de querer saber mais.

Letramento informacional e biblioteca digital

Se a definição de letramento é uma aproximação da palavra inglesa *literacy*, a capacidade de ler e escrever, ou seja, a do alfa+beta+zado das letras gregas alfa mais beta que, por sua vez:

vem do latim *littera* significando *letra*, que se junta com o sufixo *cy* denotando qualidade, condição e estado de ser letrado (a), que por sua vez, vem da palavra inglesa *literate*, que significa a pessoa que domina a leitura e a escrita, que é educada, instruída e capacitada em leitura (SOARES, 2002; BORMUTH, 1973).

Por inferência, chegamos a uma definição de letramento informacional: pessoa letrada em informação que, instruída e educada, sabe manejar a biblioteca digital, tanto a sua biblioteca pessoal quanto aquelas criadas pelas instituições nacionais e internacionais, procurando informação, dado e conhecimento. Infere-se, pois, que essa pessoa sabe utilizar essa informação, esse dado e esse conhecimento com ética, isto é, sem copiar, podendo até imitar com criatividade, sobretudo, com sabedoria, reflexão.

Assim, segundo Bernadete Campello (2009), as noções de letramento informacional vêm aparecendo e tomando forma desde os anos de 1940, pela *American Library Association* – ALA (Associação Americana de Bibliotecas) nos Estados Unidos, com propostas de padrões para bibliotecas escolares, enfatizando a função educativa do bibliotecário³. No Brasil, a questão do letramento surge desde 1950, com o livro traduzido pelo bibliotecário e professor Sylvio do Valle Amaral, *Ensinando o uso de livros e bibliotecas: manual para professores e bibliotecários*. O termo letramento informacional eclode na década de 1970 como reação ao baixo uso

³ Preparado pela American Association of School Librarians (AASL, divisão de bibliotecas escolares da ALA) em parceria com a Association of Educational Communication and Technology (AECT) (CAMPOLLO, 2009, p. 34).

Building the way

das tecnologias da informação, ou seja, os bancos de dados estavam crescendo e, com isso, a necessidade de preparar as pessoas para o uso adequado de tais recursos crescia também. Assim, o letramento informacional vai sendo delineado nos encontros nacionais e internacionais rumo a uma sociedade letrada, que também se constrói (CAMPELLO, 2009). George Eduardo Freund, em 1982, alertava sobre o impacto das tecnologias da informação para a sociedade que se informatizava:

174

Duas tecnologias inicialmente independentes convergiram para a Tecnologia da Informação: telecomunicações e processamento de dados. A microeletrônica consolidou esta fusão e ambas não podem mais ser separadas.

A Tecnologia da Informação introduziu o tratamento eletrônico integrado da informação, desde a aquisição, armazenamento, até a transmissão à distância. Telecomunicações e Processamento de Dados, apesar de tecnologias relativamente recentes já absorvidas pela sociedade moderna. Sua combinação, no entanto, abre perspectivas muito maiores em termos de aplicações e conseqüências, havendo uma preocupação generalizada no tocante aos impactos sobre a sociedade, seu modo de vida, seus hábitos, as profissões, a economia e até sobre o modo de pensar. Devido às grandes alterações provocadas pela Tecnologia da Informação, já se formou o conceito da Era Pós-Industrial ou a chamada Sociedade Informatizada (FREUND, 1982, p. 17).

A Sociedade informatizada a que Freund se refere é, atualmente, chamada de Sociedade da Informação ou do Conhecimento ou, ainda, Sociedade Letrada (*Toward Literate Society*, título do artigo de Bormuth, 1973). Se letramento informacional é um jargão da Ciência da Informação, é devido a isso que deixamos de assumir a urgência em formarmos leitores? Há que se ter em mente a necessidade de se reconhecer que é perceptível o crescimento de informações, nestes últimos anos, visíveis agora no próprio portal de periódicos da CAPES. São assinados 37 mil periódicos disponíveis em texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases para patentes que são usadas por 423 instituições em todo o país (dados da CAPES/MEC, 2014). Assim, Campello (2009, p. 12-83) conclui em seu estudo que o letramento informacional é um aspecto do letramento e enfatiza que se ele não for visto pelos educadores como parte das ações pedagógicas em geral e, se for tratado pelos bibliotecários de forma isolada, nunca será colocado em prática na escola. Diante disso, podemos ver os princípios básicos do letramento informacional, criados na

Building the way

Declaração de Praga, em 2003⁴, e a Declaração de Maceió⁵, em busca ou em direção à Sociedade Letrada em Informação.

Podemos começar a falar das consequências do letramento informacional citando esse exemplo de Richard Sayers, em sua obra *Principles of Awareness-raising for Information Literacy: a case study*: uma criança de dez anos salvou muitas pessoas na Tailândia quando o tsunami aconteceu em dezembro de 2004 porque ela estava bem informada a respeito daquele desastre. Tilly Smith estava passando férias em Phuket, havia pesquisado sobre tsunami duas semanas antes porque priorizou saber a geografia do local onde iria ficar e, percebendo sinais das ondas antes do tsunami, alertou as pessoas a respeito da tragédia que viria acontecer. Aqui, o letramento informacional deu-se em relação ao aspecto geográfico. No entanto, pode ocorrer em todas as áreas do conhecimento.

O letramento informacional pode ser definido como “habilidade para acessar, avaliar e usar informações em vários tipos de fontes”. Mais tarde, os conceitos apresentados por Instituições sugerem que letramento informacional pode ser descrito como “a capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e, efetivamente, criar, usar e comunicar informações para resolver um problema ou uma questão” (SAYERS, 2006, p. 67-68)⁶.

Bernadete Campello, Kelley Cristine G. D. Gasque e Carol C. Kuhlthau são autoras referenciais para a compreensão do que seja letramento informacional, bem como o papel do bibliotecário, elevando-o a educador. A definição mais difundida é aquela proposta pela *Association of College and Research Library – ACRL*⁷, que corresponde à habilidade de conhecer quando existe uma necessidade de

⁴ The Prague Declaration: “Towards na Information Literate Society”, em 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>>. Acesso em: 22 dez 2014.

⁵ Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação. In: “Seminário sobre Competência em Informação”, em 2011. Disponível em: <http://www.febab.org.br/declaracao_maceio.pdf>. Acesso em: 22 dez 2014.

⁶ Citação de WIJETUNGE, Pradeepa; ALAHAKOON, U.P. Empowering 8: the information literacy model developed in Sri Lanka. Sri Lanka Journal of Librarianship & Information Management, v.1, n. 1, p. 31-41. 2005.

⁷ Traduzido do texto: Information literacy is a repertoire of understandings, practices, and dispositions focused on flexible engagement with the information ecosystem, underpinned by critical self-reflection. The repertoire involves finding, evaluating, interpreting, managing, and using information to answer questions and develop new ones; and creating new knowledge through ethical participation in communities of learning, scholarship, and practice. Disponível em: <<http://acrl.ala.org/ilstandards/>>. Acesso em: 22 dez 2014.

Building the way

informação, para que o leitor seja capaz de identificar, localizar, avaliar e usar efetivamente a informação relativa à problemática com que o leitor se depara. Atualizado em fevereiro e abril de 2014, sob o título *Framework for Information Literacy for Higher Education*, o texto é uma boa referência sobre letramento informacional porque inclui as declarações acima mencionadas.

Para colocarmos em prática o letramento literário e o informacional, é necessário que sejam fornecidos recursos para a biblioteca escolar, de maneira que possamos ter acesso à biblioteca digital que é um fenômeno idealizado há muito tempo por filósofos, poetas, bibliotecários, gramáticos, sociólogos, professores e consolidado por Tim Berners-Lee, em 1991, chamando-a Rede, Teia ou *Web* (*World Wide Web*). Segundo Tammaro e Salarelli (2008, p. 115), a concretização foi a criação do arquivo por Paul Ginsparg, voltado para os físicos em Los Alamos, e dando continuidade aos repositórios institucionais. No Brasil, os repositórios estão em construção.

Vannevar Bush, em 1945, criou o Memex⁸, que serviu para os estudiosos como memória mecanizada (biblioteca pessoal), permitindo ao leitor acrescentar notas e comentários pessoais ao seu texto, cuja navegação é chamada de hipertexto que constitui uma modalidade de pesquisa no uso da biblioteca digital em que o usuário tem critérios de busca e refere-se à pesquisa através de mecanismos que auxiliam na recuperação do documento ou item. Segundo Anna Maria Tammaro (2008, p. 115), o “memex introduz outras importantes novidades além do hipertexto, por exemplo: o usuário como ator ativo; o conceito de depósito como organização; a conversão de formatos para permitir uma busca rápida nos dados”. Para a autora, a definição de biblioteca digital é a consolidação desse sonho de uma “*virtual library* (www)” que vai se concretizando na grande Rede e “pode ser imaginada como um poderoso organismo que se nutre de informação e cresce de forma caótica” (TAMMARO, 2008, p. 117).

Tim Berners-Lee, o primeiro a usar a expressão *biblioteca virtual* (termo mais antigo que biblioteca digital), foi o criador da Rede. O modelo dessa experiência é a digitalização do *Google Print*, passando pela *Google Book Search*. Para Tammaro (2008), a fase das bibliotecas digitais, como conversações, foi difundida e elaborada

⁸ Memex é um dispositivo no qual uma pessoa pode armazenar todos os seus livros, anotações e comunicações, e que é mecanizado de modo que possa ser consultado com enorme rapidez e flexibilidade. É um complemento ampliado de sua memória (TAMMARO, 2008, p. 114).

Building the way

pela *Associazione Italiana Biblioteche* que teve como suporte o *Cluetrain Manifest the end of business as usual*, ligado ao mercado no contexto digital para as transações comerciais que tem como princípio sua própria linguagem, sem, no entanto, impô-la, evitando com isso o aumento do fosso digital (digital divide) entre as nações. Para o conceito de biblioteca digital, o mais difundido é o da *Digital Library Federation* porque reconhece a importância de seus serviços:

177

bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam prontas e economicamente acessíveis para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 120).

Um dos recursos mais utilizados na biblioteca digital é o acesso à informação que utiliza as bases de dados para recuperar essa informação. Jennifer Rowley (1994), em seu livro *Informática para bibliotecas*, no capítulo “Fundamentos da recuperação da informação”, explica que antes do advento da informática já existiam os sistemas manuais para tal recuperação, por exemplo, os fichários localizados na entrada da biblioteca. Os fichários eram separados por assunto, autor e título, assim como as bases de dados. Então, sempre existiu base de dados em bibliotecas. Mas, o sistema de informação automatizado necessita criar maneiras de interagir com os indivíduos que vão usá-lo. Daí o surgimento de bases de dados, catálogos, buscador robotizado. Base de dados, segundo Rowley (1994), “é uma coleção de registros similares entre si e que contêm determinadas relações entre esses registros (Registro é a informação que a base contém e que diz respeito a um documento ou item)”. Rowley (1994, p. 66) classifica base de dados de duas formas: de Referência e de Fontes. As bases de Referência são aquelas que orientam o leitor onde encontrar o documento. As bases de Referência abrangem dois tipos: a) bases de dados bibliográficas, que incluem citações ou referências bibliográficas e, às vezes, resumos dos trabalhos publicados, por exemplo, a base de dados *MLA International Bibliography*, localizada no portal de periódicos da CAPES, cujo acesso é realizado através de senha para professores, alunos de pós-graduação e técnicos administrativos. No site do portal, ela pode ser acessada por meio do link “buscar base” e digitar no campo *MLA International Bibliography*; b) bases de dados

Building the way

catalográficos podem ser o catálogo *online* de uma biblioteca, por exemplo, *Sophia*, do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás.

Ressaltamos que, na perspectiva do letramento literário e informacional, as habilidades de leitura, escrita, cálculo e pesquisa devem ser aplicadas aos diversos suportes impressos ou digitais: enciclopédias e dicionários, buscador e metabuscador, artigos de revistas, capítulos de livros, livros didáticos, obras técnicas, *blogs*, bases de dados só de resumos ou só de texto integral, *SlideShare*, vídeos e áudios postados no *YouTube*, jornais, bibliotecas e digitais de universidades e organismos nacionais e internacionais.

Considerações Gerais

Este estudo inicial sobre os conceitos de leitor e leitura literária, letramento literário, letramento informacional e biblioteca digital permitiu-nos ampliar nossa compreensão sobre possibilidades para a formação do leitor, que pode se utilizar das bibliotecas digitais em ritmo de expansão.

As diferentes concepções sobre letramento, leitor e leitura no contexto do letramento informacional, por sua vez, colaboram com a democratização do acesso ao texto literário, num convite ao desenvolvimento da sensibilidade estética. Ao mesmo tempo, o movimento de busca de obras e informações em bibliotecas digitais pressupõe, como requisito, que família e docente assumam o compromisso de se tornarem leitores aptos para lidarem com o mundo digital, para desenvolverem essa atitude das crianças e adolescentes na casa e na escola.

Como se pode notar, no final deste texto, o manejo do aparato digital pressupõe a habilidade de conhecer quando existe uma necessidade de informação, para que o leitor seja capaz de identificar, localizar, avaliar e usar efetivamente a informação relativa à problemática com que ele, o leitor, se depara. Quem responde pelo desenvolvimento dessas habilidades, na escola, é o bibliotecário e os professores de Linguagens e suas tecnologias (BNCC) – figuras indutoras da aproximação entre leitor, texto e imagem em suas diferentes linguagens: literatura, artes visuais, música, dança, teatro.

Se retornarmos a Iser, poderemos reforçar a compreensão de que, na leitura literária, o letramento inclui a habilidade para o engendramento do efeito estético, ou seja, a compreensão e a atualização do objeto literário pelo leitor no

Building the way

momento da leitura. Isto porque a obra de arte é dotada de, no mínimo, dois polos: o artístico, que designa o texto criado pelo autor e o estético, que é a concretização produzida pelo leitor. Isto se dá na interação obra leitor. Nessa interação, flui a percepção e a imaginação do leitor, que passa a estabelecer um pacto com a obra. Diante dessa compreensão, deixamos o convite para que a leitura na escola e na família, seja norteadada por um programa, cuja formação do leitor seja orientada por fundamentos que proporcionem o desenvolvimento da sensibilidade estética.

179

Referências

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORMUTH, John R. Reading Literacy: Its Definition and Assessment. *Reading Research Quarterly*, v. 9, n. 1, 1973, pp. 7–66. JSTOR. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/747227>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRITANNICA, Os Editores da Enciclopédia. "Hubris = arrogância". Encyclopedia Britannica, 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/hubris>. Acessado em 26 de novembro de 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos. *Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico*. 2009. 209 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. In: _____. *Sobre literatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ELIAS, Norbert. Civilização e informalização: mudanças nos padrões europeus de comportamento no século XX. In: ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREUND, George Eduardo. Impactos da tecnologia da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 17-22, 1982. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1479/1098>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Building the way

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Literariedade. In: GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996, v. 1.

_____. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1999, v. 2. (Coleção Teoria).

JAUSS, Hans Robert (Org.). O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Cap. 2. (Coleção Literatura e Teoria Literária; v. 36). Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

LAING, Ronald David; PHILLIPSON, H.; LEE, A. R. ***Percepção Interpessoal***: uma teoria e um método de pesquisa. Rio de Janeiro: Eldorado, 1966.

PAULINO, Graça. "Letramento literário: por velas e alamedas". *Rev. Faced*, n. 5, p. 117-125, 2001.

RANGEL, Egon de Oliveira. Letramento literário e livro didático de Língua Portuguesa: 'os amores difíceis'. In: PAIVA, A. et. al (Org.). *Literatura e letramentos. Espaços, suportes e interfaces*. O jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica; Ceale/FaE/UFMG, 2003.

ROWLEY, Jennifer. *Informática para bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

SAYERS, Richard. *Principles of Awareness-Raising for Information literacy, a case study*. Bangkok: UNESCO, 2006.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. *A biblioteca digital*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.